

Reflexão

FELIZ ANO NOVO

Luiz Carlos Corrêa
Carvalho*

NO DECORRER do primeiro mandato da presidente Dilma, de 2010 a 2014, o Governo adotou a chamada política de “nova matriz econômica”. A estratégia estava baseada em três vertentes básicas: i) juros reais baixos, nos menores níveis históricos praticados no País; ii) desvalorização forçada do câmbio do real frente ao dólar, para estimular as exportações; e iii) gasto público crescente, com a concessão de créditos subsidiados, principalmente do Banco Central.

Paralelamente, o Governo empreendeu uma política agressiva de desonerações tributárias, com a finalidade de dar competitividade às empresas brasileiras e estimular os investimentos privados. A transferência de renda às famílias também aumentou significativamente. Com isso, o tripé econômico de perseguir o centro da meta de inflação de 4,5% ao ano, a manutenção do câmbio flutuante e o superávit primário em torno de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) perdeu gradativamente a prioridade.

Como os resultados não apareceram no primeiro mandato, em face ao baixo crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB) e à clara piora das contas públicas, os indicadores apontam que o Governo decidiu abandonar a política da nova matriz econômica, substituindo-a por um modelo ortodoxo. A saída de Guido Mantega e a entrada de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda apontam para essa direção, assim como a elevação da taxa Selic e os cortes anunciados nas despesas públicas. Novas restrições devem acontecer na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional durante este mês e no próximo.

Diante dessa importante correção de rumo, o quadro que se traça para 2015 é de um exercício bastante difícil. As estratégias de crescimento com incentivos ao aumento do consumo por meio de diminuição de impostos e incentivo ao crédito estão exauridas. Defrontaremos com baixo crescimento econômico, juros maiores, valorização do dólar, pressão sobre a inflação, taxa de

desemprego, aumento de impostos e de produtos com preços controlados (luz, água, gasolina e transportes), dentre outros.

Com relação ao agronegócio, o Brasil deve firmar-se ainda mais no *ranking* dos países de liderança. Isso não acontece naturalmente. Temos pela frente, entre outros, o desafio constante de aumentar a nossa competitividade com maior aplicação de tecnologia e melhor qualidade de gestão. A sociedade percebe com mais força, nessas conjunturas adversas, como agora, a contribuição crucial desse setor para o crescimento e o desenvolvimento sustentável deste País. Essa constatação ficou marcante na recente eleição para presidente, governadores e parlamentares, em que as lideranças das cadeias produtivas foram consultadas e procuradas para diálogo.

Estamos diante de outra colheita recorde de grãos na safra 2014/15. A expansão da infraestrutura e da logística não acompanha esse aumento formidável da produção. Com os preços internacionais acomodados em patamares menores, assistiremos à escalada nos custos dos fretes. As margens de comercialização estão menores, apesar da ajuda proporcionada pela desvalorização do real frente ao dólar. Os produtores de soja tiveram capitalização nas últimas temporadas e farão certamente a travessia deste ano. Na oferta de carnes (frango, suínos e bovinos), mesmo com o mercado interno sem aumento de renda, as perspectivas, de um modo geral, são favoráveis pelo lado da exportação.

Esperamos que, neste ano de acerto e ajustes na economia brasileira, encontremos, da parte do Governo, uma disposição para negociarmos e planejarmos em conjunto um crescimento sustentável para o setor. Essa é a nossa insistência recorrente. Dos produtos do agronegócio, os da cadeia sucroenergética, pela sua magnitude e sua expectativa promissora, estão requerendo medidas especiais diante dos equívocos e dos prejuízos provocados pelas políticas públicas nos últimos anos. Isso sem contar a urgência da redução do chamado “custo Brasil”. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)